



COMPREENSÕES FENOMENOLÓGICAS EM MERLEAU-PONTY E FREIRE: A MATERNIDADE ESTUDANTIL ENTRE ESTUDOS, PESQUISAS E LUTAS

GT 14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Trabalho completo

Loedilza Milícia da SILVA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

loedilza10@gmail.com

Bruna Cristina PROLO (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

brunaprolo@gmail.com

Adma Cristhina Salles de OLIVEIRA (Docente/UEMS)

adma@uems.br

Luiz Augusto PASSOS (Docente do PPGE/UFMT)

passospassos@gmail.com

Resumo

Discutimos a maternidade estudantil a partir das experiências, abordando mães indígenas, estudantes da EJA e do ensino superior. Compreendidas em Merleau-Ponty e Freire e na construção de relato de experiência em Pádua, destacamos a importância do cuidado coletivo e do suporte comunitário na educação, contrastando a visão individualista ocidental com a prática comunitária Guarani Kaiowá. As mães, ao equilibrarem suas responsabilidades acadêmicas e familiares, humanizam os espaços educativos, sensibilizando para a aceitação das diferenças. O estudo enfatiza a necessidade de políticas públicas que apoiem a permanência e o sucesso das mães estudantes na educação formal, promovendo equidade nos diversos contextos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Indígenas. Políticas Públicas.

1 Contextualização inicial

Ser mãe na contemporaneidade é um desafio complexo, marcado pela coexistência de múltiplos papéis e demandas sociais. As mães, hoje, não apenas cuidam de seus filhos, mas também equilibram carreiras, estudos, vida pessoal e responsabilidades domésticas. Em um contexto onde a idealização da maternidade muitas vezes impõe pressões e expectativas irrealistas, ser mãe significa lutar por espaço e reconhecimento, buscando conciliar a autonomia pessoal e o bem-estar familiar.

Observamos à necessidade de implementações de Políticas Públicas e de redes de apoio, independentemente de ser familiar, comunitária ou institucional, o que consideramos essencial para que as mães possam buscar por seus estudos e melhores condições de vida, sendo a contemporaneidade um cenário de transformações rápidas e exigências constantes, onde a maternidade é redefinida a partir de perspectivas mais inclusivas e compartilhadas.

A maternidade contemporânea é, portanto, uma jornada que envolve resistência, adaptação e a busca por uma identidade que vai além do papel materno tradicional, acolhendo a multiplicidade de experiências que moldam a vida de cada mulher.

2 Por uma metodologia fenomenologia continua, inacabada e aberta

Na fenomenologia de Merleau-Ponty (2006), a metodologia é compreendida singularmente e única por cada sujeito pesquisador/educador/cientista, ressoada polissemicamente na sua filosofia de reaprender a olhar o mundo e nas suas vivências, experiências e conhecimentos constituídos. Desse modo, expressamos aqui a abordagem metodológica, que perpassa uma singularidade *Freireana*¹, onde intencionamos abordar a temática da Maternidade a modo de constituir um relato de experiência em maternidade estudantil, em que para Elisabete Pádua (2014):

Compreendemos o **relato de experiência** não como “uma técnica de pesquisa a mais”, mas como uma estratégia, de caráter multidimensional, ou seja, como possibilidade de compreender a ação humana – histórica e socialmente contextualizada – e, ao mesmo tempo, como possibilidade de revitalização da(s) teoria(s) que vierem trabalhar nessa perspectiva. [...] Desta forma, compreendemos o **relato de experiência** como parte de um processo de vivência complexo, imerso na esfera da(s) subjetividade(s) e do simbolismo(s), num contexto onde se cruzam e entrecruzam varias dimensões. (Pádua, 2014, p. 108 e p. 109).

Diante disso, recorreremos ao relato de experiência para construir este texto, que temos por objetivo reconstruir e abordar as trajetórias de vida, desta temática da maternidade em espaços educativos, como procedimento metodológico que a possibilita essa reconstrução dessa trajetória de acontecimento ou de períodos específicos que queremos abordar e discutir, portanto, estarão presentes três relatos de experiência, ainda que não estejam explicitados.

Assim, neste texto construímos uma discussão acerca das realidades maternas de Loedilza (A Maternidade Estudantil na Educação de Jovens e Adultos), Adma (A Maternidade Estudantil para Mulheres Indígenas nas Universidades) e Bruna (A Maternidade Estudantil na Educação Superior em Busca de Políticas Públicas), para articular compreensões fenomenológicas, com a boniteza dialógica de Freire e a fenomenologia de Merleau-Ponty, na temática da maternidade estudantil entre estudos, pesquisas e lutas. Ambas estão em relações educativas e de constituição no Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE²).

3 A Maternidade Estudantil na Educação de Jovens e Adultos

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Porém na prática não é bem isso que acontece. Anualmente

¹ Escrita intencional para homenagear Paulo Freire como posicionamento do GPMSE/UFMT.

² O GPMSE investiga fenômenos educativos para compreender e avaliar o potencial socioeducativo e organizativo das práticas presentes nas dinâmicas dos movimentos sociais (Rezende, Passos, Torres, 2021). Essa abordagem vai além dos direitos humanos, incluindo também os direitos da terra, do solo, dos animais e dos micro-organismos, com o objetivo de promover uma convivência e coexistência mais harmoniosa (Passos et al., 2021).

milhares de crianças, a extrema maioria de famílias empobrecidas, deixam a escola, seja por falta de incentivo, necessidade de trabalhar, mudança da família e outros. Algumas pessoas desse grupo quando ficam adultas voltam a estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A EJA tem desempenhado um papel fundamental na inclusão social e educacional de populações marginalizadas, como pessoas que, por diversas razões, não completaram a educação básica em sua trajetória regular. Entre os grupos que compõem esse cenário, destaca-se o das estudantes mães, que enfrentam desafios específicos ao buscar a continuidade dos estudos. Em mais de 15 anos trabalhando como professora nas escolas urbanas e rurais do município de Cuiabá na modalidade EJA, não pude ignorar o viés, gênero, raça e classe social presente nas relações escolares, onde a maioria são mulheres, negras e empobrecidas. Em função disso torna-se importante discutir os problemas enfrentados pelas mulheres mãe que querem estudar e a falta de políticas públicas para enfrentar esses desafios.

Muitas mulheres que ingressam na EJA são mães, em sua maioria de famílias de baixa renda, o que reflete uma sobrecarga de responsabilidades, tanto no âmbito familiar quanto econômico. Essas mulheres, muitas vezes, estão inseridas em contextos de vulnerabilidade social, o que as afasta do sistema educacional formal em suas juventudes. A necessidade de priorizar o cuidado com os filhos, o trabalho precário ou informal, e a falta de suporte social contribuem para o abandono escolar e a posterior busca pela EJA como um meio de reconquistar sua formação básica.

Nesta perspectiva a educação precisa ser pensada como um ato político de contestação do que está estabelecido pela elite que comanda o país, é o que nos direciona Freire (1989)

[...] é neste sentido também que, tanto no caso do processo educativo quanto no do ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno **de a favor de quem e do quê**, portanto **contra quem e contra o quê** fazemos a educação e **de a favor de quem e do quê**, portanto **contra quem e contra o quê**, desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação e a política. (FREIRE 1989, p. 15–16, grifo nosso).

Para que realmente a educação seja libertadora, como afirma Freire, ela precisa ser pensada como um ato de contestação, principalmente da sociedade machista e patriarcal em que a maioria das mulheres vivem. Existe uma real necessidade de levantarmos as nossas vozes e as bandeiras a favor dos nossos direitos, respeito e reconhecimento.

As mulheres, principalmente as negras, sempre foram pensadas como as outras, ou aquelas que não mereciam ser pensadas como sujeito e sim como objeto “[...] enquanto tenho um corpo sobre o olhar do outro, posso ser reduzido a objeto e não contar mais para ele como

pessoa[...]”. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 230). É assim que muitas vezes a educação vê o corpo da mãe estudante.

A maternidade impõe um conjunto de responsabilidades que pode dificultar a regularidade nos estudos, seja pela falta de tempo, pela exaustão física e emocional, ou pela ausência de uma rede de apoio para o cuidado das crianças. No entanto, o desejo de proporcionar uma vida melhor para seus filhos muitas vezes funciona como um forte motivador para essas estudantes, que veem na educação uma oportunidade de melhorar sua condição social e econômica.

São muitos os desafios enfrentados pelas estudantes mães na EJA, com destaque para os seguintes: (1) **Carga Horária Extensa e Inflexível**: Muitas vezes, as aulas da EJA são oferecidas em horários que coincidem com os períodos de trabalho ou com as demandas de cuidado dos filhos. A falta de flexibilidade nos horários de estudo e de trabalho se torna um obstáculo significativo; (2) **Falta de Infraestrutura de Apoio**: A ausência de creches ou espaços que possam acolher seus filhos durante o período de aula limita a participação das mães nas atividades escolares. Mesmo quando as creches são oferecidas, muitas vezes o horário de funcionamento não coincide com as necessidades desses estudantes; (3) **Dificuldade em Conciliar Maternidade, Trabalho e Estudos**: As estudantes mães enfrentam a tripla jornada de cuidar dos filhos, trabalhar para sustentar a família e estudar. Esse acúmulo de responsabilidades impacta diretamente no desempenho escolar e na frequência, levando muitas a desistirem da escolarização; e (4) **Estigma e Preconceito**: Além dos desafios práticos, as mães na EJA podem sofrer com o estigma de "abandono" ou "negligência" por buscarem a educação enquanto criam filhos. Há uma cobrança social implícita que as condiciona ao papel exclusivo de cuidadoras, desvalorizando suas aspirações educacionais e profissionais.

Para que as mães estudantes possam concluir sua trajetória educacional com sucesso, é fundamental que a EJA seja pensada a partir de uma perspectiva inclusiva, com políticas públicas que reconheçam as especificidades dessas mulheres.

São muitas as estratégias que poderiam ser implementadas para que essas estudantes mães possam realizar o sonho de estudar e melhorar de vida. Como afirma Freire (2000, p.99) “O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz”. A seguir elencamos algumas necessidades para realização desse sonho:

1. **Flexibilização de Horários e Ensino Híbrido**: A oferta de horários flexíveis e a implementação de metodologias de ensino a distância ou híbrido poderiam facilitar o

- acesso à educação, possibilitando que essas mães consigam organizar seu tempo de maneira mais adequada;
2. **Suporte Psicológico e Social:** A criação de redes de apoio que incluem assistência psicológica e social pode ajudar as mães a lidarem com as múltiplas pressões que enfrentam. Esse suporte deve ser sensível às demandas emocionais e sociais decorrentes da conciliação de maternidade e estudos;
 3. **Creches e Espaços de Cuidado:** A oferta de creches ou espaços de acolhimento para os filhos durante o horário de aula é uma política fundamental para garantir que essas mulheres possam frequentar as aulas com regularidade. Políticas públicas que contemplem essa infraestrutura são essenciais para promover a equidade no acesso à educação;
 4. **Formação de Educadores Sensíveis à Realidade das Estudantes Mães:** Os professores que atuam na EJA devem estar preparados para lidar com a diversidade de situações que compõem o cotidiano das estudantes mães. Uma formação continuada que os capacite a reconhecer as dificuldades e as potencialidades dessas mulheres é necessária para que a prática pedagógica seja verdadeiramente inclusiva.

4 A Maternidade Estudantil para Mulheres Indígenas nas Universidades

Os relatos em nota de rodapé e as reflexões aqui apresentadas tiveram como fonte a experiência e a vivência em salas de aula, reservas indígenas urbanas de Dourados, retomadas e comunidades periféricas feitas por esta pesquisadora, professora e mãe/avó, Adma. O trecho relatado³ demonstra um aspecto fundamental da cultura Guarani Kaiowá, no qual o cuidado

³ *Relato 1 de Adma:* A acadêmica que é mãe, traz consigo a sua criança, que permanece ali na sala de aula, partilhando escritas, assistindo, a aula. Ali, ela se entrete, se entende, se envolve, brinca, as vezes engatinha. Muitas vezes para dar um descanso aos braços da mãe a criança, passa nas mãos de cada colega, até adormecer pela cansa e dinâmica do espaço. Frequentemente está mãe traz um colchãozinho, não é nem um colchonete, penso que não deve ter opção ou deve pensar no conforto e maciez do/para seu filho/a, geralmente tem o desconforto de carregar nas costas um colchão de berço enrolado com nylon. Às vezes é uma toalha mesmo, que ela joga no chão, põe uma almofadinha e a criança dorme. Neste cenário de esperança, luta, resignação, ressignificação e sobrevivência acadêmica, temos a ajuda o auxílio das parentelas, chamo assim, pois comem na mesma panela, isto quando trazem algo para comer. As acadêmicas recebem uma modesta bolsa, para gastos com sua estadia permanência na universidade, a mesma é insuficiente, pois por vezes preferem economizar para sustentar sua prole. Já presenciei comerem só arroz branco, pois é o que tem em casa para comer. As avós, ou irmãs mais novas aparecem como protagonistas, daquele momento vivido. quando a avó vem, ela fica pelos corredores das universidades, andarilhando atravessando os campos universitários, a fim de distrair a criança com plantas, animais domésticos como: gatos, cachorros e animais silvestres como: tiguanas, corujas, aliás pertencemos ao estado do MS, onde os biomas estão presente no fazer diário, basta perceber. Estes animais são assistidos por pessoas que ali trabalham ou estudam. Na diversidade dos espaços universitários encontram sossego e segurança, destaco isto, pois a harmonia dos seres vivos é importante para a convivência social acadêmica. Retomando o papel das avós e parentes como protagonistas invisíveis do universo acadêmico são elas matriarcas dos acontecimentos desta formação, que carregam a força, a experiência de lidar com as adversidades da vida, trazem a centelha de paciência, da observação, são mulheres criativas que contam histórias, conversam com formigas, constroem aliança de seguridade, confiança, pois mexem, partilham do imaginário dos seus netos e sobrinhos, riem por coisas triviais, mas extremamente importante, as vezes nem se falam entendem -se pelo olhar. Esta avó cuida com zelo desta criança, troca as fraudas, banha na

com as crianças é visto como uma responsabilidade coletiva, transcendendo as fronteiras da relação pai-mãe-filho, típicas do modelo ocidental. A socialização das crianças ocorre em um ambiente onde a família extensa e a comunidade participam ativamente, reforçando o papel da coletividade no cuidado e no desenvolvimento das novas gerações. Esse cuidado compartilhado pode ser compreendido à luz das teorias de Paulo Freire e Maurice Merleau-Ponty, que oferecem uma lente perceptiva, descritiva e filosófica respeitando o movimento, a dinâmica entre comunidade, educação e subjetividade. Este olhar singular propõe a valorização das diferentes formas de concepção da vida, nesse sentido afirmamos o caráter imprescindível das relações e interações entre a pessoa humana e a natureza, pois as interligações que nos cerca, estão numa relação de codependência/circular de aprendizagem e sobrevivência. Tais epistemologias sociais/ambientais podem ser/estar invisíveis, elas constituem a cultura e são compreendidas em outro sentido de conhecimento, diferenciando-se da perspectiva mercadológica, pois o sentido do bem viver para estas comunidades parte de uma interação entre relações humanitárias.

Paulo Freire, em sua abordagem dialógica e de educação libertadora, argumenta que a aprendizagem e o cuidado são processos coletivos, nos quais os indivíduos se educam mutuamente em um ambiente de colaboração e reciprocidade (Freire, 1996). No relato⁴, a prática de criação compartilhada entre os membros da comunidade Guarani Kaiowá reflete esse princípio freiriano, no qual o aprendizado ocorre de forma orgânica e cotidiana, em uma estrutura horizontal, onde todos têm responsabilidade na educação das crianças.

De acordo com Munduruku (2012):

(...) sociedades indígenas são compostas por uma memória social que não divide a realidade em campos opostos para ser compreendida. Para a nossa gente, a realidade é una, indivisível, e não regida por um desejo individualista ou preocupada com os anseios pessoais. São, portanto, povos que dão mais importância ao social e menos ao individual (Munduruku, 2012, p. 47).

Essa dinâmica humanizadora de convivência provoca uma cisão ideológica diante da visão ocidental, individualista e hierárquica, que muitas vezes isola a educação e o cuidado no

pia do banheiro, para o descanso, na hora de intervalo, entrega-o para mãe amamentar. Em um outro momento esta avó cansa, dá o bebê para a mãe, a mãe assiste aula com ele no colo, socializando. Existe uma simbiose mãe/colegas/criança na sala de aula. Esta mãe acadêmica ou estudante possuem outros filhos, que as avós trazem são irmãs ou irmãos do bebê que ainda é alimentado pela mãe. Não existe neutralidade em relação ao outro, somos sensíveis à percepção da diferença do outro, e todo, quanto a questão do afeto, a gente se envolve com as relações afetivas dessa criança que está ali. Porque, na realidade, essa criança está com a mãe, está ali com a avó, mas isso não significa que ela não passa no colo de todos, que um pega, o outro vai lá atrás, pega uma água, o outro vai, não, deixa que eu troco. Então, assim, a criança, dentro do meio escolar, ela humaniza, ela sensibiliza, ela quebra as relações dos preconceitos. Eu tenho percebido que ninguém resiste a um sorriso de criança. Ela quebra todas as armas, as pré-disposições, os preconceitos que nós temos dentro de nós.

⁴ *Relato de Adma*: Então, em algumas famílias tradicionais dos povos originários a responsabilidade de ajudar e cuidar das crianças, não está só sobre a tutela do pai, da mãe, como a forma ocidental, ela é responsabilidade dos parentes mais próximos da composição familiar. Há um entendimento cultural que a existência do povo Guarani(G) Kaiowá(K) e Terena(T) pertence a todos, embora em sua grande maioria tínhamos mais acadêmicas(G/K). Na comunidade cada pessoa, cada criança que nasce, representa a etnia, compreendem a natureza coletiva.

âmbito familiar restrito. O conceito de “cuidar” se torna um ato comunitário, integrando todos os membros da parentela e até mesmo a coletividade mais ampla.

Maurice Merleau-Ponty (1999), por sua vez, contribui com sua fenomenologia da percepção para a compreensão desse processo de cuidado coletivo, enfatizando a intersubjetividade e o corpo como mediador das experiências e aprendizagens. No contexto descrito, a criança que circula nos ambientes de sala de aula ou universidade, sendo cuidada por várias figuras familiares, não apenas aprende com as palavras e discursos, mas também por meio de uma imersão corporal na vida social, experienciando o mundo através das interações afetivas e dos gestos cotidianos (Merleau-Ponty, 2006). O corpo da criança, ao ser envolvido em diferentes braços e acolhido em diferentes ambientes, torna-se um ponto de convergência das relações intersubjetivas que constituem sua aprendizagem. Esse processo evidencia que o desenvolvimento infantil não ocorre de forma isolada, mas dentro de um campo fenomenológico compartilhado, onde o ser/ a pessoa humanizada se constitui, ela é formada pelas múltiplas relações que a envolvem.

A ordem desumana do processo colonial instituiu o assassinato, o genocídio de nações inteiras, legitimou a venda de corpos, consolidou a cultura da opressão humana, gerando a hostilidade, o desprezo do colonizador pelos povos que aqui estavam. Esta hostilidade alimentou o racismo étnico, ambiental pela continuidade das relações de exploração do trabalho, que se perpetuaram do sistema mercantilista ao capitalismo.

Estes povos, resistiram muitas vezes no silêncio de seus espaços ou daqueles espaços que lhes permitiram ficar, pois o silêncio pode ser intersubjetivo, existe o sentido do silêncio, ou seja a resistência da língua velada socializada entre os seus, ou ao extermínio dela imposta pelo ‘*karai*’ colonizador. Merleau Ponty em um de seus prenúncios afirmava enxergar a liberdade no caminho da vida ... “que nunca somos determinados e que não mudamos nunca, que retrospectivamente, poderemos encontrar em nosso passado o prenúncio, do que nos tornamos. Cabe nos entender as duas coisas e como a liberdade irrompe em nos sem romper nossos elos com o mundo”.

A imposição da desterritorialização pode ter mexido com as estruturas culturais e sociais de uma nação, mas não pode tocar na herança ancestral⁵, pois as mesmas se reconhecem na

⁵ *Relato 2 de Adma*: O pensamento colonizador observa isto de forma fragmentada, mas para estas comunidades tudo é ligado e religado, embora tenhamos a contradição como todo relacionamento humano. O movimento desta aliança ancestral é alicerçado pelo cuidado das avós, para com as suas filhas que estudam, é a transmissão cíclica do conhecimento há uma responsabilidade de revezamento/da existência dos mais velhos em cuidar dos menores, dos filhos, para que os outros possam caminhar dentro da universidade que sempre será conquista, portanto não há retorno, só avanço ao direito social. Neste sentido há uma cisão no pensamento dicotômico, ocidental, individualista, do capital. Neste devir de resistência e defesa territorial, ceifou se, muitos guerreiros/guerreiras, muitas vidas pelo valor das terras e da ancestralidade destes povos/nações, por

intuição do silêncio, no olhar os seus corpos que se auto se identificam, no silêncio os sonhos se revelam e se manifestam, sonhos estes confusos, incertos a lógica, a lógica cartesiana, mas compreendida na hierofânia da verdade mítica de cada etnia a qual pertencem, pois possuem a força vital da liberdade, do conhecimento milenar de quem são eles e a resposta o valor a terra!

O antropólogo Darci Ribeiro (2004, p. 20) afirma “Ao contrário dessa respectiva, a maioria deles foi exterminada e os que sobreviveram permanecem indígenas: já não nos seus hábitos e costumes, mas na autoidentificação como povos distintos do brasileiro vítima de sua dominação”. O povo guarani/ kaiowá/ terenas se aglutinam para resistir e sobreviver o preconceito do não indígena. A universidade é um espaço de resistência, de conquista mesmos com condições e precariedade estrutural de acesso e manutenção e contradições próprio do processo colonizador apropriando se de algumas estruturas dos aldeados.

Estamos presenciando os impactos das marcas da modernidade, da, tecnológica, digital que vive o pós como construção do ‘dito desenvolvimento’, pois não são, as desigualdades não cessaram em cada espaço, cada comunidade nativa é afetada, e não há há igualdade de direito social “ para os nativos da terra”, pois muitos vivem na contradição de ter acesso à tecnologia e dividem à precariedade alimentar. A era tecnológica não são o que dizem ser: democráticas e promotoras da inclusão digital, social, pelo contrário, as desigualdades permanecem, até mais acentuada, pois os indígenas ainda vivem no desamparo ao direito à cidadania, ao direito a tecnologia, ao direito à segurança alimentar. Neste sentido, nossa percepção⁶ e sensação ao andar pelas aldeias urbanas encravada na cidade de Dourados é de regressar a metade do séc.XX a sensação é o tempo parou! Parou na década de 1950, ou o direito social decidiu escolher seus contemplados e tutelar o tempo como senhor da miséria humana. Os povos Guarani e Kaiowá, embora estejam em uma crise cultural, relativizada pelo capital, continuam a ser a se identificar, mesmo com o sequestro das línguas. O *ser* prevalece mesmo permeado pelo sujeito do entre-lugar⁷, mantém sentidos, características e valores que permeiam as comunidades indígenas.

compreender que existe o sentido da coletividade na convivência com eles, que em o sentido deste, que tem uma responsabilidade com as próximas gerações.

⁶ *Relato 3 de Adma*: Faço algumas reflexões em relação a isso, na questão da própria história, pois acreditava-se na metade do século passado o séc. XX que teríamos o extermínio de algumas etnias, isto não ocorreu devido a luta destes povos, dos movimentos de coletividade dos povos originários, da sociedade civil e política, atualmente são: 1.693.535, em todo território nacional o que equivale a 0,83 por cento.(dados de IBGE 2022). Estas nações criam/recriam meios, de tecnologias que vão além dos tambores, dos cantos, das rezas, dos diálogos, eles se apropriam de forma modesta da escola do *karai*, aprendem outras linguagens, outras línguas e se apropriam de signos, significados para lutar e resistir.

⁷ Ao lembrar o passado estamos à procura de nossas identificações (HALL, 2003) ressignificando a educação, as sensações do “entre- lugar”, do ser cindido, por conhecimentos conhecidos e desconhecidos, provendo continuidade de um sentido, do sentimento de lembrança do passado, presente na continuidade do existir.

A presença constante das crianças nos espaços educacionais⁸ e a participação ativa dos familiares na criação dos pequenos, muitas vezes envolvendo avós, tias e outros membros da parentela, mostra a resistência cultural Guarani Kaiowá frente a um modelo de educação e cuidado hegemônico, pautado pela lógica capitalista e individualista. A criança, ao estar no centro dessas relações comunitárias, humaniza o ambiente educacional, sensibilizando-o para as diferenças e para a aceitação do outro. Nesse sentido, Merleau-Ponty (2006) nos lembra que é através das relações corporais e afetivas que percebemos o mundo e os outros. A criança atua como um agente de transformação, quebrando barreiras de preconceito e promovendo uma convivência mais harmônica e sensível.

A coletividade observada na criação das crianças entre os Guarani Kaiowá também desafia as normativas ocidentais de cuidado e educação, em que a responsabilidade recai exclusivamente sobre os pais biológicos. Em vez disso, vemos uma partilha de responsabilidades que abrange todos os membros da comunidade, reforçando a noção de que a sobrevivência e a preservação cultural não são tarefas individuais, mas coletivas. Para Freire (1996), essa solidariedade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e humana, na qual o conhecimento e o cuidado são compartilhados, criando uma teia de apoio mútuo e empoderamento comunitário.

5 A Maternidade Estudantil na Educação Superior em Busca de Políticas Públicas

No contexto de uma mãe que engravidou da segunda filha em meio aos estudos de mestrado e pandemia, gerada pela crise sanitária ambiental, e que em seguida inicia o doutorado em meio a aulas virtuais, mamadas e trocas de fraldas, observamos que o movimento de ficar em casa e abraçar as atividades do mundo em uma tela, evidência uma problemática até então invisibilizada, mas que viraliza nas redes com cenas desesperadoras e até engraçadas.

Com o início do retorno das atividades presencial, começa a trazer a tona, a importância das redes de apoio e creches a essas mães que precisam estudar e trabalhar, e que muitas das vezes acaba levando essas crianças para a universidade, que foi o meu caso (Bruna), com o

⁸ *Relato 4 de Adma:* A vinda das discentes para a universidade é resultado de uma luta coletiva, construída com muito sacrifício, como frio, ventos, calor, fome, chuva, lama, por longas caminhadas de difícil acesso sem falar do preconceito imputado pelo sistema. Aprendemos com as avós e tias cuidadoras no tempo real acadêmico que vinham para o espaço este espaço educacional com seus netos(as), sobrinhos(as), primos(as) que persistência e resiliência é o sinônimo do povo guarani/kaiowá/terena. Aprendemos por meio delas o valor e a convivência da solidariedade, da sonoridade, pois estas avós guardiãs se retiravam quando as crianças conseguiam autonomia na alimentação, afinal algumas destas mulheres alunas após parirem seus filhos, frequentavam as aulas amamentando os/as. As guardiãs da sua existência,(G,K,T) as avós, tias sabiam o valor do ato de ali permanecerem. É importante ressaltar que os corpos daquelas alunas são a extensão do princípio da terra, ou seja humus/ corpo são indissociáveis. Temos a confirmação disto quando faltavam porque estavam ajudando trancar as Brs, impedindo veículos a circular, pelo direito a terra, a água, ao melhor atendimento ao posto de saúde. Este fator de resistência e defesa territorial, ceifou muitas vidas pelo valor das terras e da sua ancestralidade.

retorno das aulas presenciais do doutorado, onde encontrei, em partes o acolhimento de colegas e de alguns professores, mas que para muitas mães com seus filhos, se encontra o julgamento.

Sendo a realidade materna e de responsáveis por menores de idade se tornando cada vez mais evidente nos desafio educativos dessas estudantes, vários responsáveis (mães e pais) se juntaram e começaram a criar possíveis redes de apoio Materno-Estudantil, e nesse movimento segundo Fórum Materno (2024) se constituiu a criação de Coletivos de Mães nas instituições de ensino pelo Brasil, e a partir de 2023 vários desses coletivos de mães pressionaram o Ministério da Educação (MEC) para uma possível criação de Política Nacional Publica para pensar na permanência e progressão de mães estudantes na Educação Superior, ocorrendo a segunda reunião no dia 07/06/2023, em que resultou na Portaria MEC 2.005 de 14/11/23, que institui o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras e nomeia Coletivos de Mães Estudantes das cinco regiões brasileiras, organizações da sociedade civil e representantes interministeriais para compor o GT. Neste momento, o GT, está com três frentes de trabalho para conhecer a realidade materno estudantil nas IES (Instituições de Educação Superior) brasileiras:

(1) coleta junto às IES (via ofício do MEC) sobre o quantitativo de mães e pais matriculados em 2024; (2) coleta sobre o perfil sociodemográfico de mães estudantes da graduação e pós-graduação (Levantamento Sociodemográfico de estudantes com filhos nas IES brasileiras (GT MEC 2024)); (3) realização de fóruns materno-estudantis nas cinco regiões brasileiras para levantar demandas de apoio à permanência e progressão de mães na Educação Superior (Fórum Materno Estudantil 2024). (Site do Fórum Materno, 2024).

Na região Centro-Oeste, o 1º Fórum Regional Sobre a Realidade Materno-Estudantil nas IES ocorreu em 31 de agosto de 2024, de modo virtual pelo meet reunindo pessoas de Mato grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Brasília, assim como Coletivos de Mães, Grupos de estudos e pesquisas e aliadas(os) na temática da parentalidade, em específico, da maternidade no contexto educacional e de trabalho. O encontro foi estruturado em três eixos de discussões: normas e diretrizes, assistência estudantil e permanência, infraestrutura e diversidade. Participei da discussão do eixo de normas e diretrizes como relatora O objetivo geral dos fóruns é compreender a realidade materno-estudantil de mulheres regularmente matriculadas em Instituições de Ensino Superior - IES das cinco (5) regiões brasileiras e levar o levantamento ao MEC para construção de Políticas Publicas interministerial para atendimento das Mães, Pais e Responsáveis por menores de idade e/ou pessoas incapacitadas física/mentalmente. E no momento aguardamos confiantes no esperar *Freireano* o retorno da análise do MEC com a constituição de uma Política Pública.

6 Considerações de luta e de vida

Tanto Freire quanto Merleau-Ponty nos ajudam a entender que o cuidado coletivo com as crianças transcende a simples divisão de tarefas. Ele se trata de uma prática que envolve o reconhecimento do outro em sua alteridade, a criação de vínculos afetivos e a construção de uma comunidade que se apoia na solidariedade e no respeito mútuo, resistindo às imposições de uma sociedade individualista e capitalista.

Compreendemos, que o ser-mãe-no-mundo não é desligado do ser-no-mundo, mas sim uma polissemia ressoada em toda essa complexidade de realidades, com diversas realidades e conteúdos em uma única pessoa, é o que a torna única e diferente dos outros, mas que em meio a determinada realidade se constitui coletivamente com tantas outras. Assim, interpretamos que é essencial a constituição de movimentos sociais em luta e em busca de políticas públicas, no que diz respeito da realidade Materna-Estudantil, para acolher essas pessoas, e lhe dar as condições de buscar conhecimento e melhores condições de vida para a sua família.

Referências

- DARCY, R. **O Processo Civilizatório**. Companhia das Letras RJ, 1968.
- FÓRUM MATERNO, **Fórum Materno Estudantil da região norte**. 2024. Disponível em < <https://www.even3.com.br/forum-materno-estudantil-regiao-norte-483597/>> Acesso em 21/08/24.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo, SP: Autores Associados: Cortez, (Coleção polêmica dos nossos tempos 4), 1989.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997 e 1983.
- Freire, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra. 1996.
- HALL, S. **A Questão da Identidade Cultural**. Campinas- SP, v. 3, Ed. IFCH/ UNICAMP, 2003.
- IBGE. 2022. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41420-na-casa-brasil-ibge-divulga-censo-demografico-2022-indigenas-alfabetizacao-registros-de-nascimentos-e-caracteristicas-dos-domicilios> > acesso em 1 de outubro de 2024.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 3. ed. SP: Martins Fontes, 2006. e 1999.
- MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- OLIVEIRA, Adma Cristhina Salles de. **Pedagogia da escuta: para a liberdade nos caminhos de uma vivência e convivência educacional**. 2018. **Tese de Doutorado** do Programa de Pós-graduação em educação (movimentos sociais). UFMT-Cuiabá-MT.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Pesquisa e Complexidade: Estratégias Metodológicas e Multidimensionais**. 1ª ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2014.
- PASSOS, L., et all. O Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação e os Caminhos de uma Metodologia Utilizada em Suas Pesquisas Junto às Lutas Populares Emancipatórias. In **Anais Estendidos do XXIX Seminário de Educação**, (pp. 865-868). Porto Alegre: SBC, 2021.
- REZENDE, M. A. PASSOS, L. A.; TORRES, A. Educação em Movimentos Sociais populares na Universidade Federal de Mato Grosso: Três décadas de pesquisa. In: SÁ, E. F, ANDRADE, D. B. da S. F.; RIBEIRO, M. D. (Orgs.). **Memória, pesquisa e impacto social: O percurso formativo do PPGE em Educação da UFMT**. 1ª edição, Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2021.